

SIMULADO
MPU
ANALISTA



Estratégia
CONCURSOS

CARTÃO DE RESPOSTAS - SIMULADO ANALISTA MPU

NOME:

INSTRUÇÕES

- Verifique o seu nome, o número da sua inscrição e os demais dados impressos neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Escreva o seu nome e assine nos locais apropriados somente quando autorizado pelo aplicador da prova, no momento da identificação.
- Marque as respostas neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**, no campo correspondente a cada questão.
- O **CARTÃO DE RESPOSTAS** é o único documento que será utilizado para a correção de sua prova objetiva. Não amasse, não dobre nem rasure o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**. As marcações no **CARTÃO DE RESPOSTAS** só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e(ou) borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição deste **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro de preenchimento do candidato.
- Não é permitida marca identificadora nesta parte do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- Após o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS** passe as respostas para o formulário **ONLINE** para participar do Ranking Geral do MPU.
- O formulário pode ser acessado na página do **MPU** no Blog do **Estratégia Concursos**.

FOLHA DE RESPOSTAS

	CERTO	ERRADO
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

	CERTO	ERRADO
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		

	CERTO	ERRADO
61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		
74		
75		
76		
77		
78		
79		
80		
81		
82		
83		
84		
85		
86		
87		
88		
89		
90		

	CERTO	ERRADO
91		
92		
93		
94		
95		
96		
97		
98		
99		
100		
101		
102		
103		
104		
105		
106		
107		
108		
109		
110		
111		
112		
113		
114		
115		
116		
117		
118		
119		
120		

Português – Prof. Felipe Luccas

TEXTO 1

A educação no Brasil é uma máquina de exclusão

Vamos transportar-nos até a educação executiva de 2038. Se você já pode se impressionar com a quantidade de inovações disponíveis hoje, imagine daqui a duas décadas.

5 Como prever avanços virou parte da cultura pop, a mente já se acostumou a ir longe quando visualizamos tecnologias que pautarão nossas rotinas – incluindo as que estão relacionadas à aprendizagem. Agora, façamos um esforço extra e tentemos pensar nas pessoas que viverão essas experiências na educação executiva do longínquo ano de 2038. Sabe onde elas estão hoje? No Ensino Fundamental.

10 O futuro já começou a ser desenhado. Se quisermos um Brasil inovador, competitivo, empreendedor e com mais crescimento, precisamos atentar ao capital humano das próximas décadas a partir de hoje. É do projeto de vida dessas crianças, futuros empreendedores e executivos, que estamos falando.

15 Falar sobre novos modelos de MBA ou tecnologias emergentes ainda é tema para poucos, justamente porque é muito difícil chegar lá. A grande questão mora em dois pilares essenciais: qualidade de ensino e oportunidades iguais. Ambos começam a ruir no grave cenário da Educação Básica, que é praticamente sinônimo de escola pública ao levarmos em conta o número de alunos matriculados.

20 O problema começa cedo. Segundo a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) de 2016, 55% dos alunos no terceiro ano do Ensino Fundamental não têm aprendizagem adequada em leitura. E, de modo geral, quanto mais baixo o nível socioeconômico, pior o desempenho escolar. O que será destas histórias de vida? Além disso, embora se costume pensar que está resolvido o problema do acesso 25 à escola, 2,5 milhões de crianças e adolescentes estão fora dela – grande parte no Ensino Médio, o último degrau para a universidade.

A educação no Brasil é uma máquina de exclusão. De cada cem crianças que ingressam na escola, só 65 concluem o Ensino Médio. Dessas, apenas 18 aprendem português adequadamente, apenas cinco assimilam matemática como deveriam e só sete seguem rumo à faculdade.

30 Não à toa, nossa produtividade está praticamente estagnada há 30 anos, enquanto vizinhos como o Chile mais que dobraram a capacidade de gerar riqueza tendo como um dos pilares o investimento em educação. Segundo o Fórum Econômico Mundial, somos o 80º país mais competitivo do mundo – mas, 35 se isolarmos a variável do ranking que considera a qualidade da educação primária, despencamos para o 127º lugar.

Por isso, se quisermos muito mais brasileiros com oportunidades de completar os estudos e chegar longe em 2038, precisamos dar um passo à frente. Sem a educação como prioridade de desenvolvimento, jamais entraremos no século 21.

40 Esses alunos da educação executiva de 2038 talvez estejam concluindo o Ensino Médio até 2028. Dá para mudar radicalmente nosso cenário até lá. Estados como Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro mostram que é possível. Bastam três gestões de presidentes e governadores com boas políticas públicas, capacidade de implementação por excelentes times e continuidade.

45 O grande desafio é que, para cumprir esse prazo, precisamos começar agora. Se quisermos permitir voos mais longos aos projetos de vida das nossas crianças, a saída é educação. O convite para o futuro está feito: educação já.

<https://www.todapolitica.com/liberdade-de-expressao/>

A respeito de aspectos linguísticos e semânticos do texto, julgue os itens a seguir.

1. É possível inferir do texto que “histórias de vida” (I.22) é expressão figurada que se refere a “alunos do ensino fundamental”.

2. Segundo o texto, existe uma íntima relação entre o nível de renda e a performance escolar.

3. A expressão “máquina de exclusão” (I.26) se justifica no texto pelo fato de que a maior parte das crianças que ingressam na escola não concluem o ensino médio, poucas aprendem português ou matemática adequadamente e menos ainda conseguem chegar à faculdade.

4. O vocábulo “como” (I.4) poderia ser substituído por “já que”, “visto que” ou “uma vez que”, sem prejuízo aos sentidos originais do texto.

5. Na variedade culta da língua portuguesa falada ou escrita no Brasil, além da ocorrência de expressões como “Vamos transportar-nos” (I.1), em que o pronome aparece em ênclise à forma verbal infinitiva, verifica-se a ocorrência de próclise a essa forma verbal — Vamos nos transportar —, ambas consideradas corretas pela gramática.

6. A substituição da forma “precisamos” (I.11) por “precisaremos” não causaria prejuízo à coerência do texto. O uso do verbo no presente, contudo, é coerente com a ideia de futuro próximo, certo, já considerado pelo autor como algo imediato, que já está sendo desenhado.

7. Sem qualquer prejuízo à correção gramatical, ao sentido original ou à argumentação do texto, o período “É do projeto (...) falando” (I.12-13) poderia ser adequadamente reescrito da seguinte forma: **Estamos falando do projeto de vida dessas crianças, futuros empreendedores e executivos.**

8. Prejudicaria a correção gramatical e a coerência do texto a substituição de “ao levarmos” (I.18) por “quando levamos”.

9. A forma verbal no segmento “Dá para mudar radicalmente” (I.41) marca o uso de um nível mais informal da linguagem. Logo, além de mitigar essa informalidade, a substituição desse trecho por “É possível modificar de maneira radical” manteria sua correção e suas ideias originais.

10. A ocorrência do sinal indicativo de crase em “à frente” (I.37), “à toa” (I.30) e “à faculdade” (I.29) é obrigatória e se justifica pela mesma regra.

TEXTO 2

Liberdade de expressão: até onde vai esse direito?

Há pouco tempo atrás, discutiu-se a questão da liberdade de expressão até mesmo sob o ponto de vista de respeito religioso, quando a revista satírica francesa Charlie Hebdo sofreu represálias de extrema violência, justificadas por uma suposta ofensa a extremistas muçulmanos.

5 O direito brasileiro entende que a liberdade de expressão faz parte dos direitos e garantias fundamentais da nação, e tal direito consta no artigo quinto da Constituição Federal, em diversos incisos e parágrafos.

Além disso, o Brasil é signatário do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da ONU, que defende a liberdade de expressão e a segurança de quem 10 **emitir** sua opinião, sem a possibilidade de sofrer nenhum tipo de represália.

São dispositivos essenciais da lei brasileira, uma vez que a própria Constituição de 1988 marca o fim de um período de governo centralizado, com a instituição oficial da censura e do desrespeito à livre expressão de ideias, pensamentos e opiniões.

15 **Se**, por um lado, é essencial a manutenção da liberdade de expressão, por outro, o direito também entende a importância de regulamentar e limitar esta possibilidade, sob a crença de que uma liberdade individual não pode ferir a liberdade individual de outra pessoa.

O inciso X do artigo 5º da Constituição Federal, por exemplo, indica, logo após garantir a livre expressão individual em diversos aspectos, que não se pode violar e ferir a intimidade, a privacidade, a honra e a imagem que os indivíduos constroem para si e sobre si na sociedade.

Além disso, o Direito Penal institui os crimes contra a honra, **que são** a calúnia, a injúria e a difamação. Eles tornam criminosos os atos que intencionalmente ataquem a forma como a sociedade vê uma pessoa ou a forma como ela própria se enxerga, em casos nos quais esta atitude não seja justificada por outro preceito jurídico.

O parágrafo XLI do mesmo artigo quinto ainda estabelece que qualquer atentado discriminatório aos direitos e liberdades fundamentais será punido por lei. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que a censura (que fere a liberdade de expressão) deve ser punida, os crimes contra a honra também devem sofrer a sanção penal.

<https://direitosbrasil.com/liberdade-de-expressao-ate-onde-vai-esse-direito/>

A respeito de aspectos linguísticos e semânticos do texto, julgue os itens a seguir.

11. Tendo em vista o padrão culto da língua, a forma “onde”, presente no título, deveria ser substituída por “aonde”.

12. A vírgula que precede a conjunção “e” (l.6) separa orações com sujeitos diferentes e, portanto, não pode ser suprimida.

13. Conclui-se do texto que o ordenamento jurídico estabelecido pela Constituição de 1988 sucede um período de forte repressão ao direito de exprimir ideias e opiniões.

14. Infere-se do texto que o direito brasileiro tutela a possibilidade de alguém emitir irrestritamente suas opiniões, sem a possibilidade de sofrer nenhum tipo de represália.

15. No texto, a expressão “lei brasileira” (l.11) foi utilizada com sentido de “legislação brasileira”.

16. O vocábulo “Se” (l.15) introduz um segmento de valor condicional.

17. O termo “criminosos” (l.24) funciona como um predicativo do termo “os atos que intencionalmente ataquem a forma como a sociedade vê uma pessoa ou a forma como ela própria se enxerga” (l.24-26).

18. O vocábulo “atrás” (l.1) poderia ser suprimido, o que contribuiria para a concisão do texto.

19. Sem prejuízo à coerência ou à correção gramatical do texto, o trecho “que são” (l.23) poderia ser substituído por um travessão ou um sinal de dois-pontos, desde que suprimida a vírgula que o antecede.

20. A expressão “além disso” (l.23) poderia ser substituída por “ademais” ou “apesar disso”, sem que houvesse prejuízo gramatical ou alteração do sentido original.

Acessibilidade - Prof. Ricardo Torques

Com base na Lei nº 13.146/2015, julgue os itens a seguir:

21. A pessoa com deficiência tem direito à moradia digna, ou em moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, ou, ainda, em residência inclusiva. A proteção integral na modalidade de residência inclusiva será prestada no âmbito do Suas à pessoa com deficiência em situação de dependência que não disponha de condições de autossustentabilidade, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

22. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho. Os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, podem prever a participação da pessoa com deficiência e, quando necessárias, a disponibilização de linhas de crédito.

23. A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade. O desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral, exceto nas hipóteses em que comprovadamente o desenho universal não possa ser empreendido, deve ser adotada adaptação razoável.

24. O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva. Compete ao Ministério Público com exclusividade tomar as medidas necessárias à garantia desse direito.

25. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é crime previsto na Lei nº 13.146/2015, punível com pena de reclusão, de 2 a 4 anos, e multa. Além disso, é previsto o aumento da pena em 1/3 se a vítima se encontrar sob cuidado e responsabilidade do agente.

Ética no Serviço Público
Prof. Herbert Almeida

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens seguintes.

26. Segundo entendimento do STF, o agente político que cometer crime de responsabilidade não se submeterá ao regime de improbidade administrativa, em virtude da vedação ao *bis in idem*.

27. Compete à justiça de primeiro grau o julgamento das ações de improbidade, uma vez que não há foro por prerrogativa de função em relação a este tipo de ação.

28. A aplicação da pena de demissão por improbidade administrativa depende do trânsito em julgado da ação de improbidade administrativa, pois é exclusividade do Poder Judiciário, não sendo passível a sua incidência no âmbito do processo administrativo disciplinar.

Ética no Serviço Público
Prof. Paulo Guimarães

29. É compromisso ético previsto no Código de Ética do MPU utilizar bens do patrimônio institucional para atendimento de atividades de interesse particular.

30. Os valores são manifestações de um ideal voltado para a perfeição, a exemplo dos valores da honestidade, da virtude, da solidariedade e do altruísmo.

Legislação Aplicada ao MPU e ao CNMP
Prof. Tiago Zanolla

31. O Ministério Público estadual possui legitimidade ativa para postular no Supremo Tribunal Federal (STF), em recursos e meios de impugnação oriundos de processos nos quais o ramo Estadual tem atribuição para atuar.

32. Dart Veidersson, após ter sido aprovado em concurso público de provas títulos, ingressou no Ministério Público Federal. Após dois anos de efetivo exercício, Dart Veidersson adquiriu vitaliciedade no cargo. O ato de vitaliciamento do membro está sujeito ao controle de legalidade pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

33. O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional cujo rol de funções previsto pela Constituição Federal de 1988 é exaustivo.

34. O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa dos direitos individuais homogêneos

35. Os membros de primeira instância do Ministério Público da União serão processados e julgados pelo Tribunal Regional Eleitoral nos crimes de sua competência.

36. O Procurador-Geral Eleitoral designará, dentre os Subprocuradores-Gerais da República, o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, que o substituirá em seus impedimentos e exercerá o cargo em caso de vacância, até o provimento definitivo.

37. Dart Veiderson foi nomeado para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público como membro oriundo do Ministério Público do Distrito Federal. Em seu primeiro mandato, muito estimado pelos seus pares, foi escolhido, em votação secreta, como Corregedor Nacional. Nessa hipótese, Dart Veiderson não poderá ser reconduzido como membro do CNMP.

38. Aos membros do Ministério Público junto a tribunal de contas estadual aplicam-se os mesmos direitos, vedações e formas de investidura dos membros do Ministério Público da União.

39. O Ministério Público está sujeito ao controle externo pelo Conselho Nacional do Ministério Público na análise da legalidade dos atos administrativos.

40. O membro do Ministério Público, mesmo solicitado pelo juiz, pode deixar de se manifestar em processo judicial

41. O pedido de arquivamento de inquérito policial pelo procurador-geral da República pode ser objeto de retratação por novo titular do cargo, na hipótese de surgimento de novas provas.

42. O desrespeito ao princípio do promotor natural é caso de demissão dos membros do Ministério Público da União.

43. É função institucional do Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial, podendo, inclusive, presidir inquérito policial.

44. De acordo com a Constituição da República de 1988, o CNMP tem competência para receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares.

45. O Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral da República, escolhido pelo Presidente da República, sendo obrigatório que tenha mais de trinta e cinco anos e seu nome seja posteriormente aprovado pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Promoção da Igualdade Racial **Prof. Ricardo Torques**

46. Entre os direitos expressamente assegurados na Convenção, constam direitos de primeira (direitos civis e políticos) e de segunda dimensão (direitos sociais, econômicos e culturais).

47. Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação deverão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra.

48. De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, o estudo da história geral da África e da história da população negra do Brasil é obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

De acordo com as leis que regem a promoção da igualdade racial, julgue os itens subsequentes.

49. De acordo com o Decreto 4.883/2003, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, com presunção de

ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, sem necessidade de relações territoriais específicas.

50. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso.

Direito Administrativo **Prof. Herbert Almeida**

Julgue os itens seguintes a respeito da administração pública, da organização administrativa, dos poderes e dos atos administrativos.

51. Pelo critério formal, é o ordenamento jurídico quem define o que é administração pública.

52. Descentralização por colaboração ocorre quando se delega a particulares o exercício da função pública, ocorrendo por ato ou contrato, ao passo que a descentralização por outorga cria entidades administrativas, dependendo de lei específica para criar ou autorizar a criação da entidade.

53. As licenças e autorizações são exemplos de atos negociais, materializando-se, em regra, por intermédio dos alvarás.

54. Em sentido estrito, o poder de polícia trata das atividades normativas de regulamentação das leis de polícia e também das atividades concretas de condicionamento e restrição de direitos em prol da coletividade.

Analise e julgue as assertivas a seguir sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais e sobre a responsabilidade civil do Estado.

55. A licença para capacitação constitui direito subjetivo do servidor público adquirido a cada quinquênio de efetivo exercício no cargo.

56. O Estado responde objetivamente pela morte de detento, uma vez que há um dever específico de cuidado, o que enseja a aplicação da teoria do risco integral.

Sobre as licitações públicas e serviços públicos, julgue os itens seguintes.

57. No pregão, a adjudicação será realizada pelo pregoeiro, salvo se houver recurso contra os atos deste, situação em que a adjudicação será promovida pela autoridade competente após a decisão sobre o recurso.

58. O sistema de registro de preços admite exclusivamente o tipo de menor preço.

59. Situação hipotética: entendendo a importância da opinião pública na legitimidade de suas ações, o Ministério Público da União resolveu lançar um conjunto de atos publicitários para mostrar à população os benefícios de sua atuação. **Assertiva:** a contratação desse tipo de serviço poderá se dar mediante inexigibilidade de licitação, desde que se trate de serviço técnico, de natureza singular a ser realizado por profissional ou empresa de notória especialização.

60. Para o STJ, é ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente pessoa jurídica de direito público, ainda que precedido de notificação e mesmo que a interrupção não atinja as unidades prestadoras de serviços indispensáveis à população.

62. De acordo com o STF, o *habeas data* é ação cabível para a obtenção de acesso a autos de processos administrativos, como aqueles que tramitam no TCU.

63. Segundo o STF, a competência do tribunal do júri para julgar os crimes dolosos contra a vida não alcança os detentores de foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal.

“É portanto que o indivíduo isolado carece completamente de existência político positiva, por não poder exercer qualquer influência efetiva na formação da vontade do Estado, e que, por conseguinte, a democracia só é possível quando os indivíduos, a fim de lograr uma atuação sobre a vontade coletiva reúnem-se em organizações definidas por diversos fins políticos, de tal maneira que se interponham, na relação indivíduo-Estado, aquelas coletividades que agrupam, sob a forma de partidos políticos, as vontades políticas coincidentes dos indivíduos. [...] Só por ofuscação ou dolo é possível sustentar a possibilidade da democracia sem partidos políticos. A democracia requer necessária e inevitavelmente um Estado de partidos”.

KELSEN apud FERREIRA, Luís Pinto. Princípios gerais de direito constitucional moderno. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 1984.

Sobre os partidos políticos, julgue as seguintes questões.

64. Apesar de sua organização e caráter nacional, os partidos políticos não estão obrigados à vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

65. A partir da Emenda Constitucional nº 97, de 2017, o direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, passou a ser garantido apenas aos partidos políticos que tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

“A Carta de 1988 pode ser apelidada de a Constituição do Ministério Público. Do ângulo constitucional positivo, nunca se viu tanta atenção ao Parquet como agora. Pela primeira vez um texto constitucional brasileiro disciplinou, enfaticamente, a estrutura orgânica-funcional da instituição, as principais regras relativas ao seu funcionamento e atribuições. Acresça-se a isso o alargamento de seu campo funcional, que ocupou lugar destacado no Estado brasileiro”.

Uadi Lammego Bulos. Constituição Federal Anotada. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003

Direito Constitucional - Prof. Ricardo Vale

“A Constituição brasileira de 1988 atribuiu significado ímpar aos direitos individuais. A colocação do catálogo dos direitos fundamentais no início do texto constitucional e a amplitude conferida ao texto, que se desdobra em setenta e sete incisos e dois parágrafos (art. 5.º), reforça a impressão sobre a posição de destaque que o constituinte quis outorgar a esses direitos.”

Gilmar Ferreira Mendes. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de direito constitucional. 3.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004 (com adaptações).

No que diz respeito aos direitos fundamentais, tema do trecho acima, julgue as seguintes questões:

61. De acordo com a CF/88, apenas os portadores de necessidades especiais são isentos do pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartição pública.

Sobre as Funções Essenciais à Justiça, julgue as questões a seguir:

66. Compete à União organizar e manter o Ministério Público e a Defensoria do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios.

67. Compete privativamente à União legislar sobre organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes.

68. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre Defensoria Pública.

69. Compete à lei organizar a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescrever normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

70. À Defensoria Pública incumbe apenas a defesa judicial dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados. A defesa extrajudicial desses direitos é papel dos sindicatos e do Ministério Público.

Direito do Trabalho – Prof. Antônio Daud Jr.

71. A Magna Carta brasileira foi promulgada em um contexto de ampliação e fortalecimento dos direitos políticos e sociais. Em relação a alguns direitos fundamentais dos trabalhadores, no entanto, o texto constitucional admite sua flexibilização, como a ampliação da jornada em turnos ininterruptos de revezamento, a possibilidade de haver compensação de horários e até mesmo de redução salarial.

72. Nos contratos por prazo determinado, o empregador que despedir o empregado sem justa causa, será obrigado a pagar-lhe uma indenização à razão de um terço da remuneração a que teria direito até o fim do contrato.

73. Analise o caso abaixo de acordo com a legislação trabalhista.

Vera da Silva Cruze, empregada da empresa Hin Dai Ltda., é casada com Onix Cruze, empregado da Motores Gerais

Ltda. Eles acabaram de receber a notícia de que Vera está grávida.

Durante o período gestacional, Vera fará jus à dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares, sem prejuízo do salário e demais direitos. Neste período, Onix fará jus a, no máximo, dois dias para acompanhá-la nestas consultas e exames, sem prejuízo do seu salário.

74. Desde que haja concordância do empregado, as férias individuais poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um. Às empregadas do sexo feminino, no entanto, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

75. Constitui justa causa a perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa ou culposa do empregado.

De acordo com as regras previstas na legislação, julgue o item a seguir.

76. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) autoriza expressamente a prevalência de convenção e acordo coletivo de trabalho sobre a lei no que diz respeito à redução dos descansos especiais para a mulher amamentar seu filho até que este complete seis meses de idade e à pactuação da jornada de trabalho, desde que observados os limites constitucionais.

77. De acordo com o TST, nos casos permitidos em lei, havendo convocação do empregado para trabalhar em domingos ou feriados, a empresa deverá remunerá-lo em dobro, havendo, por conseguinte, a perda da remuneração relativa ao repouso semanal.

78. Situação hipotética: Alice é empregada no supermercado PreçoBom Ltda., na função de auxiliar administrativa, com jornada semanal de 44 hs. Para comparecer ao local de trabalho, os empregados foram obrigados a trajar o uniforme fornecido gratuitamente pelo empregador, que consiste em um conjunto de calça e camisa, na cor verde, com as logomarcas do empregador e da Fábrica de Chocolates S/A, parceira do supermercado. O empregador determinou que seus empregados se responsabilizassem pela higienização dos uniformes, pois não requer qualquer procedimento diferenciado para limpeza.

Assertiva: Nesta situação, a legislação considera ilícita a determinação unilateral do empregador para uso de uniformes com logomarcas, podendo Alice se negar a utilizar e a higienizar a referida vestimenta.

Direito Processual do Trabalho *Prof. Bruno Klippel*

79. Segundo entendimento do TST, a regra prevista no CPC que prevê o prazo em dobro quando litisconsortes tiverem procuradores diferentes é inaplicável ao processo do trabalho, em face da sua incompatibilidade com o princípio da celeridade.

80. Conforme entendimento do STF, a justiça do trabalho não detém competência para processar e julgar de ofício a execução das contribuições previdenciárias relativas ao objeto dos acordos por ela homologados.

81. A parte beneficiária da justiça gratuita é isenta do pagamento de honorários periciais, ainda que sucumbente no objeto da perícia, sendo os encargos transferidos sempre à União.

82. Caso um trabalhador mova uma reclamação trabalhista contra sua empresa empregadora e, na data designada para a audiência, compareça o advogado da empresa, portando a procuração, mas o preposto não esteja presente, a empresa será considerada revel.

83. Quarenta e oito horas após a postagem, presume-se recebida a notificação, cabendo à parte destinatária comprovar o não recebimento.

84. A gratuidade judiciária pode ser deferida pelo juiz ou pelo tribunal do trabalho apenas quando expressamente requerida pela parte interessada e mediante declaração de que não tem condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

85. Elaborados os cálculos de liquidação de sentença, a abertura de prazo pelo juiz do trabalho para impugnação será facultativa em relação às partes e obrigatória para a União.

86. Considerando que o recurso ordinário não possui efeito suspensivo, sendo apenas dotado de efeito devolutivo, há

a possibilidade excepcional de utilização de ação cautelar para obtenção do mencionado efeito suspensivo, como na hipótese de sentença que determina a imediata reintegração de empregado.

Direito Civil – Prof. Paulo H.M. Souza

87. A emancipação por outorga dos pais não exclui, por si só, a responsabilidade decorrente de atos ilícitos do filho.

88. O registro civil deve retratar a identidade de gênero psicossocial da pessoa transexual, de quem não se pode exigir a cirurgia de transgenitalização para o gozo de um direito.

89. Os provedores de pesquisa não podem ser obrigados a eliminar do seu sistema os resultados derivados da busca de determinado termo ou expressão, tampouco os resultados que apontem para uma foto ou texto específico, independentemente da indicação da página onde este estiver inserido.

90. As opiniões, ainda que ofensivas, proferidas por parlamentares e veiculadas na imprensa, em manifestações que não guardam relação como o exercício do mandato, estão abarcadas pela imunidade material prevista em sede constitucional e não são aptas a gerar dano moral.

91. Os bens, móveis ou imóveis, podem ser considerados fungíveis.

92. O error in corpore não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, puder se identificar a coisa ou pessoa cogitada, bem como o erro de cálculo, que apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.

93. O contrato se perfectibilizará entre os contratantes originários se o nomeado se recusar a aceitar os direitos e assumir as obrigações dele decorrentes, ainda que não apresente justo motivo para a recusa.

94. Na hipótese de crime de roubo a cliente de lanchonete, praticado mediante grave ameaça e com emprego de arma de fogo, ocorrido no estacionamento externo e gratuito oferecido pelo estabelecimento comercial há isenção da responsabilidade, pelo que a vítima não pode reclamar indenização do estabelecimento por dano material ou moral.

Direito Processual Civil
Prof. Ricardo Torques

Julgue os itens subsequentes com base nas disposições atinentes às intervenções de terceiro no Código de Processo Civil.

95. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica consiste na desconsideração da autonomia entre o patrimônio da pessoa jurídica e dos seus sócios, de modo a permitir, em determinadas circunstâncias, que o patrimônio dos sócios seja atingido mesmo quando a obrigação tenha sido assumida pela pessoa jurídica. O incidente de desconsideração suspende o processo, exceto se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em o sócio constará como réu litisconsorte e terá pedidos deduzidos contra si.

96. O amicus curie atua no processo para a defesa de determinado ponto de vista. Quando se tratar de defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais e individuais disponíveis, o Ministério Público atuará como amicus curie. Quanto à admissão ou inadmissão dessa figura interventiva, da decisão que admite o amicus curie, não cabe recurso. Ao passo que da decisão que inadmite o amicus curie cabe recurso de agravo de instrumento.

A respeito da atuação do Ministério Público no Processo Civil, julgue os itens seguintes:

97. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 15 dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz ou litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

98. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, exceto no caso de autos eletrônicos.

No que se refere aos atos processuais, previstos no CPC, julgue o item que se segue.

99. Com base em jurisprudência do STJ, o ato processual extemporâneo era considerado inválido e, portanto, inadmitido. Com o advento do Novo CPC, esse entendimento foi alterado, agora o entendimento é de que será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

Tendo em vista as características da tutela provisória, julgue o item abaixo.

100. A tutela provisória caracteriza-se pela sumariedade da cognição, pela precariedade e pela impossibilidade de sofrer os efeitos da coisa julgada.

101. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, alternativamente, efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

Com base nas disposições atinentes aos Recursos, do NCPC, julgue a assertiva seguinte.

102. Os recursos extraordinário e especial são recursos que não se prestam a corrigir a injustiça da decisão em razão da inadequada interpretação dos fatos na decisão recorrida. São recursos que tem por objetivo tutelar a correta interpretação da legislação federal e da Constituição. Nesse sentido, é entendimento consolidado do STF e do STJ que o simples reexame necessário de prova não enseja recurso especial, nem extraordinário.

Direito Penal- Prof. Renan Araújo

103. Situação hipotética: José praticou, em fevereiro de 2017, o crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo. Durante o processo, sobreveio a Lei 13.654/18, que provocou alterações sensíveis nos crimes contra o patrimônio.

Assertiva: neste caso, como a Lei nova é mais benéfica, por ter revogado a majorante do emprego de arma, será aplicável a José, pela retroatividade da lei penal benéfica.

104. No que tange à punibilidade da tentativa inidônea o Código Penal brasileiro adota a teoria subjetiva, estabelecendo que a conduta não será punível, dada a absoluta impossibilidade de se alcançar o resultado.

105. O crime denominado “estelionato previdenciário”, previsto no art. 171, §3º do CP, quando praticado por meio de fraude para obtenção de benefício previdenciário indevido, é considerado crime permanente para eventual terceiro que participa da fraude, mas é considerado crime instantâneo de efeitos permanentes para o efetivo receptor do benefício previdenciário obtido de forma indevida.

106. José, acusado em determinado processo criminal, resolve ameaçar as testemunhas Maria e Paula, a fim de que estas não prestem depoimento contra ele no processo. Para tanto, José se dirige a um bar e encontra Maria e Paula, que são amigas, conversando. Ato contínuo, José afirma para ambas, em alto e bom som, que se elas comparecerem à audiência e prestarem depoimento contra ele, irá matar as duas. **Assertiva:** neste caso, José praticou dois crimes de coação no curso do processo, em concurso formal impróprio (ou imperfeito), de forma que as penas serão somadas

107. Para a configuração do delito de moeda falsa, é necessário que a falsificação não seja grosseira, ou seja, que a falsificação seja apta a iludir as pessoas em geral. Todavia, não se exige que se trate de falsificação de moeda de curso legal no Brasil, configurando-se o delito mesmo que se trate de moeda de curso legal no estrangeiro.

108. O Ministério Público, por ser o titular da ação penal pública, dado o princípio da obrigatoriedade, deve denunciar todos os indiciados, imputando-lhes todos os fatos sobre os quais haja prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, de forma que o ajuizamento da ação penal apenas contra um ou alguns dos indiciados configura pedido de arquivamento implícito do Inquérito Policial em relação aos demais, que não poderão ser futuramente denunciados, dado o princípio da indivisibilidade

109. Situação hipotética: Maria foi vítima de crime de ação penal pública incondicionada, praticado por José. Concluído o IP, o membro do Ministério Público recebeu os

autos do IP, mas, no prazo legal, não ofereceu a denúncia nem adotou qualquer providência válida.

Assertiva: neste caso, a vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar do esgotamento do prazo para o MP. Findo este prazo, a vítima perde o direito de ajuizar a ação penal privada subsidiária, ocorrendo o que se chama de decadência imprópria

110. Situação hipotética: Pedro é Promotor de Justiça e atua acompanhando as investigações realizadas no bojo de determinado Inquérito Policial instaurado contra José, pela prática do crime de furto qualificado. Finalizada a investigação, Pedro oferece denúncia em desfavor de José, requerendo, desde logo, a decretação da prisão preventiva de José, para a conveniência da instrução criminal.

Assertiva: neste caso, o fato de Pedro ter atuado na fase pré-processual não é causa de impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia, e a prisão preventiva é cabível.

111. Situação hipotética: Determinado prefeito é acusado de se apropriar de valores repassados pela União ao Município, e que já se encontravam incorporados ao patrimônio da municipalidade, sem necessidade de prestação de contas perante órgão federal.

Assertiva: neste caso, a competência para processar e julgar o prefeito será do Tribunal Regional Federal que abrange o referido município

112. O processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos é aplicável tanto em relação aos crimes funcionais puros quanto em relação aos crimes funcionais impuros.

a propriedade provisória, devendo o Estado emitir-lhes os títulos definitivos.

Direito Penal Militar- Prof. Renan Araújo

113. Pedro praticou um crime militar cujo resultado só se concretizou no dia posterior ao da ação. Desse modo, considera-se praticado o crime em qualquer dos dois momentos.

114. Sebastião, militar reformado, está empregado na administração militar. Certo dia, pratica conduta descrita no Código Penal Militar.

115. Carlos, Tenente do Exército, pratica, em conjunto com outros militares, crime de motim, previsto no CPM. Nessa circunstância, ele será considerado necessariamente um dos cabeças.

116. Antonio, Paulo e José, militares, se ajustam para a prática do crime de motim. No entanto, findam por desistir. Nessa situação, não há qualquer crime.

Direito Processual Penal Militar
Prof. Renan Araújo

117. Em tempo de guerra, o Código de Processo Penal Militar não é aplicável, pois é admitido apenas em tempo de paz.

118. É competência da Polícia judiciária militar requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar.

119. Antonio, advogado de Pedro, que estava indiciado em um Inquérito Policial Militar, requer ao encarregado do inquérito acesso aos autos para que tome conhecimento dos fatos. O encarregado respondeu que o inquérito é sigiloso e não pode

120. O Juiz, ao analisar o recebimento da denúncia, percebe que nela faltam alguns dos requisitos do art. 78 do CPPM. Nessa circunstância, ele deverá rejeitar a denúncia.

ANOTAÇÕES
